COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER N.º _____/2018

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA,
sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 88/2018, que institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Recife, o “Dia das Mães” e o “Dia dos Pais”, e dá outras providências; pela APROVAÇÃO, COM EMENDA.

RELATÓRIO

A **Comissão de Legislação e Justiça**, nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, recebeu para análise e emissão de parecer o **Projeto de Lei Ordinária nº 88/2018**, de autoria do Vereador Renato Antunes, tendo sido designado como relator o Vereador Eriberto Rafael.

O Projeto de Lei em análise institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Recife, o “Dia das Mães” e o “Dia dos Pais”, que serão comemoradas, respectivamente, nas seguintes datas segundo domingo de maio e segundo domingo de agosto.

A proposta não recebeu emendas ou substitutivos. Vem, agora, a esta Comissão para ser apreciada nos seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos.

ANÁLISE

A matéria é da competência do Município, segundo o inciso I do art. 6º, e a iniciativa do vereador tem amparo legal nos termos do art. 26 da Lei Orgânica do Município do Recife (LOMR). A saber:

Art. 6º - Compete ao Município:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 26 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Entretanto, no art. 3º, ao legislar sobre política geradora de despesas e de pessoal e criando atribuições ao Poder Executivo, incorre-se no vício de inconstitucionalidade formal da iniciativa. O projeto viola o art. 165 da Constituição Federal, que reserva ao Executivo a iniciativa de leis para estabelecer os orçamentos anuais. Alinhada à Constituição, a Lei Orgânica do Município do Recife (LOMR) preceitua:

Art. 27. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

[...]

IV - matéria orçamentária.

Diante da importância do projeto, a relatoria sugere a seguinte emenda supressiva para sanar o vício de inconstitucionalidade formal.

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 88/2018:

Ficam suprimidos os arts. 3º e 4º do Projeto de Lei nº 88/2018, renumerando-se os demais.

DO VOTO

Conforme o exposto, votamos pela **APROVAÇÃO, COM EMENDAS**, do Projeto de Lei nº 88/2018, de autoria do vereador Renato Antunes.

É o parecer.

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Do exposto, opina a Comissão de Legislação e Justiça pela **APROVAÇÃO, COM EMENDAS**, do Projeto de Lei nº 88/2018, de autoria do vereador Renato Antunes.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 13 de agosto de 2018.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

AERTO LUNA
Presidente

ERIBERTO RAFAEL
Vice-Presidente / Relato

ALMIR FERNANDO
Membro Efetivo

MARÍLIA ARRAES
Membro Efetivo

WANDERSON FLORÊNCIO
Membro Efetivo

AMARO CIPRIANO MAGUARI
Membro Suplente

RENATO ANTUNES
Membro Suplente

ROMERO ALBUQUERQUE
Membro Suplente